



INSTITUTO POLITÉCNICO DE COIMBRA  
INSTITUTO SUPERIOR DE CONTABILIDADE E ADMINISTRAÇÃO DE COIMBRA

Aprovação do Conselho Pedagógico

26 / 10 / 2018 *[Signature]*

Aprovação do Conselho Técnico-Científico

14 / 11 / 2018 *[Signature]*

**Ficha de Unidade Curricular (FUC) de  
PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

**Curso(s):** MESTRADO EM SOLICITADORIA

**Ano Curricular:** 1.º ano

**Semestre curricular:** 1.º

**Ano lectivo:** 2018/2019

**Docente Responsável:** Roberta Silva Melo Fernandes Remédio Marques (322)

## Unidade Curricular

Designação:	NOÇÕES FUNDAMENTAIS DE DIREITO
Curso(s):	CGP
Ano curricular:	1.º ANO
Semestre curricular:	1.º
Número de ECTS:	6
Horas de contacto:	40

### 1. Corpo Docente

\*\*\*Replicar pelo nº de docentes, sendo que o primeiro deverá ser o responsável da UC

Nome: Roberta Silva Melo Fernandes Remédio Marques

Gabinete: 2.8

Email: [rfernandes@iscac.pt](mailto:rfernandes@iscac.pt)

## **2.Funcionamento**

### **a) Objetivos:**

Fornecer aos alunos noções gerais de propriedade industrial, dando-se ênfase a marcas, modelos de utilidade, desenhos industriais e patentes.

O conteúdo programático foi desenvolvido para possibilitar ao solicitador aplicar o conhecimento adquirido em sala de aula na sua vida profissional, razão pela qual foi dada prioridade à aprendizagem das questões básicas das disciplinas, que não fazem parte do conteúdo programático da graduação, bem como análise de casos concretos (INPI e Tribunal da Propriedade Intelectual).

Com estas noções, o solicitador, enquanto intermediário dos variados agentes económicos (pessoas humanas e pessoas coletivas), estará apto a instruir os negócios jurídicos mercantis, dando soluções para os casos concretos e a eventual emergência de litígios.

### **b) Regime de frequência e metodologia de avaliação:**

Serão ministradas aulas teóricas e práticas (estudo de casos concretos e a simulação do registo de uma marca em sala de aula).

Haverá duas modalidades de avaliação, a escolha do aluno:

Primeira modalidade de avaliação: exame escrito com duração de 2 horas, a ser realizado no dia 23.02.2019, às 10 horas. abrangendo a totalidade da matéria lecionada no semestre. Na correção do exame escrito serão levados em conta a apresentação e sistematização das respostas, a pertinência dos conteúdos, a capacidade de raciocínio e crítica sobre as matérias lecionadas e o cuidado na redação e exposição das respostas, numa perspetiva ortográfica e gramatical, bem como coerência ou lógica dos raciocínios. Considera-se aprovado o aluno que obtenha nota igual ou superior a dez valores.

Segunda modalidade de avaliação: realização de um trabalho de investigação sobre um tema escolhido pelo aluno (com a anuência do professor), contendo até 25 páginas, sendo a nota distribuída da seguinte forma: Total: 100% (20 valores) - apresentação escrita: 70% (14 valores) - apresentação oral: 30% (6 valores). Considera-se aprovado o aluno que obtenha nota igual ou superior a dez valores. O aluno que não obtenha a nota mínima ou que queira fazer melhoria da nota poderá inscrever-se para a época especial (recurso).

### **c) Programa:**

#### **CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**

##### **I. INTRODUÇÃO À PROPRIEDADE INDUSTRIAL**

1. O Solicitador e a Propriedade Industrial
2. Apresentação da diferença entre os diversos institutos da propriedade industrial
3. Definição de Direito Industrial
4. A Propriedade Industrial no contexto global
- 4.1 A CUP
- 4.2 O Acordo TRIPS
- 4.3 A Propriedade Industrial na União Europeia

##### **II. PATENTES**

1. Noções gerais
2. Objeto de patente
- 2.1 Requisitos do objeto
3. Categorias de patentes
4. Casos especiais de patenteabilidade

## 5. Requisitos de patenteabilidade

### 5.1 Novidade

### 5.2 Atividade inventiva

### 5.3 Aplicação industrial

## 6. As vias de proteção da invenção: Nacional, Europeia e Internacional

## 7. Âmbito de proteção

### 7.1 Sistema em vigo no seio da CPE

### 7.2 Requisitos das reivindicações a) Clareza e concisão b) Descrição c) Unidade da invenção 7.3 Estrutura das reivindicações

## 8. Limites da proteção

## 9. A exploração da patente

## 10. Extinção

## III. MARCAS

### 1. Noções gerais

#### 1.1 Conceito de marca

### 2. As funções da marca

#### 2.1 A função de indicação de proveniência

#### 2.2 A suposta função de garantia de qualidade

#### 2.3 A função publicitária

### 3. Requisitos da proteção

#### 3.1 Requisitos absolutos de proteção

#### 3.2 Requisitos relativos de proteção

### 4. Tipos de marca

#### 4.1 Sinais visíveis em si mesmo a) Marcas tradicionais b) Marcas tridimensionais c) Marcas constituídas por hologramas

#### 4.2 Sinais não visíveis em si mesmos a) Marcas olfativas b) Marcas sonoras

### 5. Âmbito de proteção

### 6. Imitação, usurpação e contrafação da marca

### 7. Marcas de prestígio

### 8. Marcas notórias

### 9. Regimes de proteção

#### 9.1 Registro nacional

#### 9.2 Marca Comunitária

#### 9.3 Registro internacional

### 10. Extinção do registro de marca

#### 10.1 Casos de invalidade

#### 10.2 Casos de caducidade

#### 10.3 Deceptividade superveniente

## IV - FIRMAS

### 1. Definição

### 2. Requisitos de proteção

#### 2.1 Registro

#### 2.2 Regras gerais

### 3. Âmbito de proteção

### 4. Conteúdo de proteção

### 5. Extinção

## V - LOGÓTIPOS

### 1. Introdução

### 2. Conceito e função

### 3. Requisitos de proteção

### 4. Titularidade

### 5. Âmbito de proteção

## 6. Extinção

### VI - MODELOS DE UTILIDADE

1. Introdução
2. Conceito e função dos modelos de utilidade
3. Regime geral
4. Vias de proteção
5. Extinção

### VII - DESENHOS OU MODELOS

1. Introdução
2. Definição de desenho ou modelo
3. Requisitos de proteção
4. Regimes de proteção
  - 4.1 Via nacional
  - 4.2 Os desenhos e modelos comunitários
  - 4.3 O registro internacional
5. Âmbito de proteção
6. Extinção

### VIII - ESGOTAMENTO DE DIREITOS E IMPORTAÇÃO PARALELA

1. Definição de esgotamento
2. Requisitos do esgotamento
3. Esgotamento em face do Acordo TRIPS
4. Regimes de esgotamento
  - 4.1 Esgotamento internacional
  - 4.1 Esgotamento regional
  - 4.2 Esgotamento nacional
5. Importação paralela e esgotamento

### IX - A CONCORRÊNCIA DESLEAL

1. Introdução
2. Conceito e natureza jurídica
3. Atos concretamente proibidos
4. Consequências

#### a) Bibliografia:

Roberta Silva Melo Fernandes REMÉDIO MARQUES, *Patente Farmacêutica e Medicamento Genérico – A Tensão Jurídica entre o Direito Exclusivo e a Livre Utilização*, Porto: Juruá Editora, 2013. PEDRO SOUZA E SILVA, *Direito Industrial - Noções Fundamentais*. Coimbra: Coimbra Editora, 2012. Luís M. Couto GONÇALVES, *Manual de Direito Industrial*, 7.ª ed., Almedina, Coimbra, 2017. José de Oliveira ASCENSÃO, *Direito Comercial. Direito Industrial*, vol. II. Lisboa, 1988. Lionel BENTLY e Brad SHERMAN, *Intellectual Property Law*, 3.ª edição, Oxford, New York: Oxford University Press, 2009. Vincenzo Di CATALDO, “Contratos de Licencia, Obligación de Uso de la Invención y Cláusulas Restrictivas de la Competencia”, in *Actas de Derecho Industrial (ADI) 30*, Instituto de Derecho Industrial y Derecho de Autor. Universidad de Santiago de Compostela. Madrid: Marcial Pons, 2009-2010. Nuno Pires de CARVALHO, *The TRIPS Regime of Patent Rights*, 2.ª ed. London, Boston: Kluwer Law International, 2010. William CORNISH, David LLEWELYN e Tanya APLIN, *Intellectual Property*, 7.ª ed. London, Sweet & Maxwell, 2010. J. P. REMÉDIO MARQUES, *Biotecnologia(s) e Propriedade Intelectual*, vol. I. Coimbra, Almedina, 2007. J. P. REMÉDIO MARQUES, *Biotecnologia(s) e Propriedade Intelectual*, vol. II. Coimbra, Almedina, 2007. J. P. REMÉDIO MARQUES,

“Violação Indirecta do Direito de Patente – Análise comparativa: Direito Português, Estrangeiro e Jurisprudência”, in O Direito, vol. IV, ano 140.º, 2008. J. P. REMÉDIO MARQUES, Licença (Voluntárias e Obrigatórias) de Direitos de Propriedade Industrial. Coimbra: Almedina, 2008. Tshimanga KONGOLO, Unsettled International Intellectual Property Issues. Austin: Kluwer Law International, 2008.